

**CURRÍCULO E ESCOLAS DO CAMPO:
políticas e práticas em
territorialidades camponesas**

**RURAL SCHOOLS AND CURRICULUM:
policies and practices in farming
territories**

**CURRICULO Y ESCUELAS RURALES:
políticas y prácticas en
territorialidades rurales**

Resumo: O texto apresenta artigos organizados para Dossiê Currículo e Escolas do Campo: políticas e práticas em territorialidades camponesas. Trata-se da expressão dos esforços coletivos de pesquisadores/as do Brasil, da Colômbia, do Uruguai, da Espanha e da França, comprometidos/as com a educação do campo/rural, em seus respectivos países. O processo educativo, no âmbito do Dossiê, foi analisado, considerando a interação dialógica entre escola e a vida, associado às indagações sobre currículo: o que é? Para que serve? A quem se destina? Como se constrói? Como se implementa? Há diversidade nas reflexões teóricas, em decorrência de múltiplos projetos curriculares existentes nos sistemas de ensino e nas escolas no campo, o que enriquece o debate que queremos retratar com a publicação deste Dossiê.

Palavras-chave: Currículo. Escolas do Campo. Políticas e Práticas.

Recebido em: 29/03/2021

Aceito em: 29/03/2021

Publicação em: 29/03/2021



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.22478/ufpb.1983-
1579.2021v14n2.61477

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Luciéllo Marinho da Costa

Doutor em Educação.

Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

E-mail: leomarinhosufpb@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5872-4349>

Maria do Socorro Xavier Batista

Doutora em Sociologia.

Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

E-mail: socorroxbatista@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7202-1041>

Roser Boix

Doutora em Ciências da Educação

Universidade de Barcelona, Espanha.

E-mail: roser.boix@ub.edu

Orcid: <https://orcid.org/0000-001-9000-7967>

Salomão Hage

Doutor em Educação.

Universidade Federal do Pará, Brasil.

Email: salomao_hage@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2859-1346>

Como citar este artigo:

COSTA, L. M.; BATISTA, M. S. X.; BOIX, R.; HAGE, S. CURRÍCULO E ESCOLAS DO CAMPO: políticas e práticas em territorialidades camponesas.

Revista Espaço do Currículo, v. 14, n. 2, p. 1-6, 2021. ISSN1983-1579. DOI:

<https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.61477>

Abstract: The following text presents articles compiled for the Rural Scholl and Curriculum Dossier: policies and practices in farming territories. It represents the collective efforts of researchers dedicated to the field of rural education in their countries of origin (Brazil, Colombia, Uruguay, Spain, and France). We analyzed the educational processes through the lens of the dialogue between students' lives and the schools, while also fielding questions about the curriculum: What is it? What is its purpose? For whom is it meant for? How is it designed? How is it implemented? These theoretical reflections cover a vast range due to the myriad of curricular projects applied to the learning systems and rural schools; we hope that this diversity furthers and enriches the debate we wish to portray with this Dossier's publication.

Keywords: Curriculum. Rural Schools. Policies and Practices.

Resumem: El texto presenta artículos compilados para el Dossier Currículum y Escuelas Rurales: políticas y prácticas en territorialidades rurales. Es una muestra del trabajo colectivo de investigadores de Brasil, Colombia, Uruguay, España y Francia, comprometidos con la educación rural en sus respectivos países. Se analizó el proceso educativo, en el ámbito del Dossier, considerando la importancia de la interacción dialógica entre escuela y vida, asociada a preguntas sobre currículo como ¿qué es?, ¿para qué sirve?, ¿para quién?, ¿cómo se construye? y ¿cómo se implementa? Se muestran diversas reflexiones teóricas, fruto de los múltiples proyectos educativos y curriculares existentes en los sistemas educativos y escuelas rurales de los países participantes, lo cual enriquece el debate que tratamos de exponer con la publicación de este Dossier.

Palavras clave: Plan de estudios. Escuelas Rurales. Políticas y Prácticas.

No território brasileiro, o Movimento Nacional de Educação do Campo, constituído pela articulação de vários movimentos sociais que, historicamente vêm lutando por reforma agrária, contra a exploração e a opressão do latifúndio e das elites agrárias do Brasil, por direitos sociais e por Educação, têm discutido e apresentado proposições de políticas de educação com as populações camponesas, alinhadas à perspectiva contra hegemônica, bem como apresentado denúncias das políticas que negligenciam e que contrariam os interesses e proposições desses sujeitos, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Ministério da Educação (MEC), que apresenta clara intencionalidade de invisibilização da Educação do Campo, uma vez que propõe atrelar a educação brasileira às avaliações (de todas/os as/os estudantes) em escala nacional.

O Movimento, também, continua avançando na consolidação dos princípios da Educação do Campo nas escolas e na formação de educadoras/es, através de currículos sintonizados com a produção e reprodução da vida, tendo o trabalho socialmente produzido, a luta social, a organização coletiva, a cultura, a história e a memória coletiva como matrizes organizadoras do processo formativo, com a participação das pessoas das comunidades e a auto-organização de educandas/os e de educadoras/es.

O Dossiê Currículo e Escolas do Campo: políticas e práticas em territorialidades camponesas é a expressão dos esforços coletivos de pesquisadores/as do Brasil, da Colômbia, do Uruguai, da Espanha e da França, comprometidos/as com a educação do campo/rural, de seus respectivos países.

O processo educativo, no âmbito do Dossiê, foi analisado, considerando a interação dialógica entre escola e a vida, associado às indagações sobre currículo: o que é? Para que serve? A quem se destina? Como se constrói? Como se implementa? Há diversidade nas reflexões teóricas, em decorrência de múltiplos projetos curriculares existentes nos sistemas de ensino e nas escolas do campo, o que enriquece o debate que queremos retratar com a publicação deste Dossiê. Em busca de respostas a esses questionamentos foram selecionados dezenove artigos que são apresentados a seguir.

No texto “**Direito à Educação na Pandemia: defender a vida e não as prescrições curriculares da BNCC**”, os autores Salomão Antônio Hage e Ivânia Paula Freitas de Souza Sena fazem uma análise do cenário da educação com base nas reflexões de coletivos da Educação e do Campo, objetivando colocar em debate como o Estado brasileiro vem negligenciando o direito à educação, tendo em vista a centralidade dada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a legitimação do ensino remoto, que enfraquecem a formação humana integral dos estudantes e colaboram, de forma expressiva, para a

desresponsabilização do Estado em relação às políticas estruturantes que viabilizam a oferta da educação com qualidade, durante e depois da pandemia.

Na sequência consta o artigo **“Os impactos da BNCC nas políticas de Educação do Campo e nos projetos educativos das Escolas Famílias Agrícolas”**. O autor Elmo de Souza Lima reflete sobre os possíveis impactos da Base Nacional Comum Curricular-BNCC na proposta pedagógica e curricular das escolas do campo, principalmente, das Escolas Famílias Agrícolas-EFAs. O trabalho é fruto de reflexões coletivas desenvolvidas acerca dos princípios políticos e pedagógicos que fundamentam a BNCC, em diálogo com os pressupostos teóricos e epistemológicos da Educação do Campo e aponta que este documento traz inúmeros desafios à consolidação da política de Educação do Campo, uma vez que se concentra no desenvolvimento de competências e habilidades atreladas aos interesses do capital, em detrimento de uma sólida formação teórico-prática que favoreça a compreensão crítica da realidade.

Em sequência o texto intitulado **“O Centro Familiar de formação por Alternância Manoel Monteiro: consonâncias e dissonâncias entre teoria e prática”** tem como autoras Francisca do Nascimento Silva, Cacilda Rodrigues Cavalcanti e Sandra Maria Gadelha de Carvalho, as quais analisam as práticas da Pedagogia da Alternância no Centro Familiar de Formação por Alternância Manoel Monteiro, localizado no Município de Lago do Junco, no Estado do Maranhão, tendo como objetivo identificar, a partir das concepções e práticas de seus sujeitos, até que ponto a Pedagogia da Alternância está sendo efetivada nessa instituição, destacando-se as consonâncias e as dissonâncias entre a sua prática na escola pesquisada e o que está posto pela base teórica que a norteia. A pesquisa aponta que há distanciamento entre o que está proposto na base teórica da Pedagogia da Alternância e o que está sendo praticado pelo CEFFA, situação que repercute na precarização do trabalho pedagógico e na ausência de integração entre a formação geral e profissional.

No eixo das práticas curriculares apresentamos, inicialmente, Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos e Edilson da Costa Albarado com o artigo **“Currículo e saberes dos territórios de várzea e terra firme nas amazônias”**, que expõem resultados da pesquisa “Diálogos com os saberes dos territórios das águas, das terras e das florestas e a construção de um currículo de Educação do Campo para o Município de Parintins (AM)”, a qual buscou investigar os saberes dos povos dos territórios de várzea e terra firme e suas contribuições para a construção de um currículo de Educação do Campo no município de Parintins (AM). Com a pesquisa se constatou que o processo de produção de saberes nos territórios de várzea e terra firme da Amazônia Parintinense é revelador de estratégias criativas e educativas nascidas da dinâmica socioterritorial das Amazônias, podendo ser apresentado como estratégias curriculares e como práticas de resistência para continuar no território com autonomia e dignidade, cujas dimensões precisam fazer parte, não só da escola e seus currículos de Educação Infantil e Ensino Fundamental, mas das políticas públicas do estado brasileiro.

O texto produzido por Ana Célia Silva Menezes, Edmerson dos Santos Reis e Francisca Livramento da Silva, que tem como título **“Campos experimentais no currículo do Ensino Médio em áreas de Assentamentos no semiárido intencionou compreender a constituição e funcionamento do campo experimental no currículo da Escola Estadual de Ensino Médio João dos Santos de Oliveira”**, destacando sua importância para a formação dos estudantes camponeses do Semiárido. O texto resulta de uma pesquisa qualitativa, documental, cuja fonte principal é o Projeto Político Pedagógico da referida escola e alguns relatórios pedagógicos. O estudo aponta que os Campos Experimentais, que consistem em experiências práticas de agroecologia implantadas pela escola, possibilitam: estreitar o trabalho pedagógico da escola no âmbito da agroecologia com a prática agroecológica das famílias dos educandos(as); maior conhecimento e renovação das práticas de agricultura e pequena pecuária apropriada à região semiárida, realizada nas comunidades da região; maior conhecimento da procedência das sementes da comunidade e incentivo à preservação da semente crioula. Assim, os Campos Experimentais se constituem como lugar de ex-perimentum de práticas educativas de convivência com a região semiárida, a partir da escola.

O artigo **“O currículo na perspectiva da Educação do Campo: contraponto às políticas curriculares hegemônicas”**, cujos autores são Luciélio Marinho da Costa e Maria do Socorro Xavier Batista, objetivou

refletir sobre o currículo na Educação do Campo, projeto que surge em sentido diametralmente oposto à imposição do projeto hegemônico, que busca dar sentido e direção à educação e ao currículo que é trabalhado nas escolas. As reflexões resultaram de uma pesquisa qualitativa que teceu reflexões teóricas e de uma pesquisa empírica em escolas situadas no campo, nos municípios do Conde e Cruz do Espírito Santo, ambos no Estado da Paraíba. Os resultados apontam que as escolas no campo, em geral, seguem os padrões curriculares emanados das políticas oficiais em nível nacional e local. No entanto, outras se destacam com projetos educativos que se aproximam dos princípios da Educação do Campo, refletindo sobre problemáticas da realidade das comunidades onde se situam, proporcionando o protagonismo dos estudantes como sujeitos da construção de conhecimentos significativos para a vida.

Na linha desta interação dialógica, encontramos o artigo de Juan Lorenzo e Pilar Abós, **“Escola Rural e território: análise das boas práticas educativas no contexto da Comunidade Autônoma de Aragão (Espanha)”**, em que a necessidade de boas práticas educativas são uma referência, não só do currículo escolar, mas também da formação inicial do professor rural, das políticas educacionais e da dimensão territorial que sistematizam a escola rural. Este artigo está disponível no projeto FOPROMAR (Erasmus plus, 2017-1-ES01-KA201-038217). Na mesma linha conceitual do projeto, articula-se o texto de Roser Boix e Francesc Buscà, Competências e saberes na formação inicial de professores rurais. O caso da Catalunha (Espanha), que se centra na análise dos antecedentes e do estado atual da formação inicial de professores rurais na Catalunha e integra, como resultado desta análise, as ações de melhoria que se propõem no âmbito do referido projeto. São dois artigos que se complementam e oferecem uma reflexão validada sobre dois componentes básicos (boas práticas e formação inicial de professores rurais) para a implementação e construção de um currículo escolar inclusivo.

Um currículo, que no quadro desta inclusividade, deve considerar os materiais curriculares como elementos fundamentais para a implementação de processos de coerência curricular entre o contexto e a escola, os materiais devem ser relevantes para que a aprendizagem dos alunos rurais seja realmente significativa e, neste sentido, Juan Gabriel Santamaria com o artigo **“Considerações sobre textos escolares para escolas rurais, uma revisão bibliográfica”**, propõe critérios de seleção, revisão e / ou adaptação dos mesmos textos, a partir da exploração bibliográfica de cinco referências de qualidade de Ministérios ou Secretarias de Educação, para a prática docente de professores rurais, na Colômbia.

Tudo isto, no quadro de uma necessária conceptualização da noção de escola, território e territorialidade, no Uruguai, Limber Santos, nos explica como, por muitos anos, as bases do programa curricular específico para escolas rurais consideraram que a escola deveria ser a casa do povo, no artigo **“Escolas rurais como casas de aldeia: os casos do México e do Uruguai nas estruturas curriculares latino-americanas”** apresenta uma conceituação da escola com forte caráter comunitário e influência sobre o território, o que, sem dúvida, lhe confere um significado pedagógico e um sentido de identidade própria.

Entretanto, o território assume uma grande relevância na escola rural e de montanha francesa onde se projecta uma forma escolar desta escola. O artigo de Pierre Champollion, **“A escola rural e de montanha francesa: especificidades territoriais”** analisa as principais dimensões vinculadas aos territórios envolvidos nesta tipologia de escola, mas, ao mesmo tempo, mostra como as políticas públicas de educação territorializada costumam seguir, estigmatizando a ruralidade sem tomar em consideração as reais necessidades educacionais desses contextos.

Maria Natalina Mendes Freitas e Eliana Campos Pojo Toutonge tecem reflexões sobre **“Os Processos educativos de populações tradicionais da Amazônia: apontamentos para pensar o currículo de classes multisseriadas”**, resultantes de uma pesquisa em andamento, sobre classes multisseriadas em escolas no campo, na região bragantina, Pará. O texto ressalta o currículo da escola do campo, gestado a partir da prática educativa de sala de aula, analisando a materialização do aprendizado escolar, que se dá na mediação, ou não, com o saber local dos estudantes. Com os resultados pretende-se promover uma discussão com os gestores municipais de educação da região e com docentes dessas escolas, com fins de perseguir o compromisso efetivo de formação continuada, cuja pauta passe por alternativas de ressignificação do trabalho pedagógico no Ensino Fundamental que está sob essa organização de ensino.

O artigo **“Magistério Extrativista da terra do meio: experiências de currículo como território**

educativo na floresta amazônica”, de autoria de Raquel Lopes e Irlanda do Socorro de Miléo apresenta uma experiência de currículo como território educativo a partir de vivências educativas experimentadas no âmbito de um Projeto de Formação de Professores Extrativistas, no interior da floresta amazônica numa região conhecida como Terra do Meio, na confluência entre os rios Xingu e Iriri, que evidenciam, de forma incontestada, a possibilidade concreta de subversão de uma ‘ordem curricular’ pré estabelecida como condição de operacionalização do trabalho pedagógico, cuja principal e mais perversa consequência é o descolamento da realidade do território em que se efetiva, culminando na quase absoluta artificialização de toda experiência de educação escolar realizada com povos e comunidades tradicionais. Assume-se a experiência educativa encarnada no território como direito ao pleno desenvolvimento da vocação humana, ao devir viável e em consonância com as necessidades de sujeitos concretos, historicamente situados e existencialmente potentes.

O artigo de Fernanda Stoeberl e Elizandro Maurício Brick, **“Projeto Comunitário com Jovens Camponeses: a construção de uma proposta de ensino a partir da realidade analisa o processo de planejamento de um projeto comunitário”** ‘Não quero continuar aqui, porque em Volta Grande não tem nada’. Realizado no âmbito dos estágios do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Santa Catarina, o qual vem investigando a realidade, propiciada pelo regime de alternância do referido curso. Dentre os resultados destacam-se alguns desafios em colocar em prática processos dialógicos. Desafios como: ouvir os jovens, propiciando a ruptura do silêncio e a participação desses jovens como protagonistas do projeto e da sua realidade; realizar planejamento de interações dialógicas; até a consciência de que esse processo é permanente e não se esgota quando o programa está momentaneamente pronto.

Tânea Mara Rezende Machado nos apresenta o resultado de uma pesquisa em um artigo intitulado **“Teses e Dissertações sobre Educação do Campo dos Programas de Pós-graduação em Educação da Região Norte”**, defendidas entre 2014 e 2020, com o objetivo de analisar as concepções de currículo de formação inicial de professores do campo. O levantamento das produções científicas foi realizado no Banco de Teses e Dissertações dos referidos programas. O estudo mostrou que as concepções de currículo estão fundamentadas em teorias curriculares críticas e pós-críticas, sendo que, entre as teorias críticas, há predominância de estudos pautados no materialismo histórico-dialético. O estudo revelou uma contradição, pois constatou que, de um lado, as discussões teóricas presentes nas teses e nas dissertações sobre currículo de formação inicial de professores do campo enfatizam a necessidade de projetos curriculares específicos aos contextos sociopolítico, econômico, cultural, territorial e pedagógico. Por outro lado, os dados empíricos dessas pesquisas evidenciam que as especificidades não se materializam e revelam práticas curriculares hegemônicas, alinhadas aos interesses capitalistas, distantes das diretrizes da Educação do Campo e das abordagens críticas.

Valter de Jesus Leite e Juliana Aparecida Poroloniczak apresentam o texto **“Currículo e resistência ativa: a luta político-pedagógica das escolas do campo nos assentamentos e acampamentos do MST – Paraná”**, no qual aborda a luta política no âmbito curricular empenhada pelas Escolas de Assentamentos e Acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, organizadas em Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo, contra a imposição da padronização curricular representada pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e pelo Currículo da Rede Estadual Paranaense - CREP. No transcurso reflete sobre os impactos iniciais na organização curricular traduzida pela imposição do CREP e como os coletivos escolares têm se movimentado coletivamente para fazer a resistência ativa. As reflexões destacam que a experiência se evidencia por meio da articulação das diferentes dimensões curriculares a amplitude estruturante para a prática curricular que transcende ao ensino livresco e verbalista, por meio da relação do uso de conceitos, categorias e procedimentos das diferentes ciências e artes na relação com a realidade e conectada as matrizes pedagógicas do trabalho, da cultura, da organização coletiva, da história e da luta social para constituir pilares de resistência ativa contra a ingerência das políticas curriculares hegemônicas.

Os saberes silenciados pelo currículo: a epistemologia e o currículo na Educação do Campo é o artigo de autoria de Letícia dos Santos Furtado e Eraldo Souza do Carmo, que tem como objetivo analisar

as tensões teóricas sobre os estudos das epistemologias do sul e como essas agregam lutas e ações no campo do currículo, a partir de uma pesquisa bibliográfica e análise documental que trouxe como conclusões que as epistemologias curriculares devem estar vinculadas às questões culturais e aos saberes que condicionam as particularidades e a história sociocultural do sujeito do campo, de forma a instigá-los a compreender as estruturas sociais que os oprimem, tendo em vista a elaboração de estratégias de atuação com probabilidade de êxito para sua emancipação.

Ramofly Bicalho e Gizele Kelfer nos apresentam o artigo **“Os processos históricos de implantação da Educação do Campo no município de Colatina”**, no Espírito Santo, ressaltando a organização e atuação dos movimentos sociais comunitários, em busca da garantia de uma educação do campo. Os resultados revelaram a insatisfação das famílias residentes na região de São João Pequeno e nas comunidades camponesas dos Vales de Boa Esperança e Santa Joana, por seus filhos estudarem em escolas distantes e com realidades divergentes do contexto camponês. Evidenciamos nos resultados a importância dessas organizações sociais no fortalecimento da educação do campo, enquanto modalidade da educação básica, até consolidar-se como direito da população camponesa e ressalta que, na atual conjuntura, é cada vez mais necessário, semear e colher os frutos conquistados pelos movimentos organizados no chão das escolas do campo, na formação crítica e emancipadora dos educadores, familiares e comunidade escolar.

Cultura material da mandiquera e a proposição do currículo cultural no contexto escolar da amazônia bragantina é o artigo de Franciele de Almeida Magalhães e Rogério Andrade Maciel, que analisa a Cultura Material da Mandiquera e a proposição do Currículo Cultural para o contexto escolar das escolas do campo na Amazônia Bragantina, Estado do Pará. Metodologicamente, utilizou a abordagem da Nova História Cultural na observação dos artefatos culturais dos agricultores camponeses para a produção da Mandiquera, dentre suas significações e sentidos que possibilitaram a tessitura do currículo escolar pela teia do conhecimento e suas respectivas áreas. Evidenciou por fim, que a cultura material da Mandiquera é orientadora de matrizes organizadoras e currículos culturais, onde o diálogo dos educadores das escolas do campo com as práticas produtivas dos agricultores camponeses são fundamentais para legitimar/registrar/visibilizar os artefatos enquanto uma estratégia de política pública educacional, legitimando-os, enquanto patrimônios históricos da Amazônia Bragantina, do Brasil e do Mundo.



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).